


FORMAÇÃO E TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL EM MEIO MILITAR NOS NOVOS REORDENAMENTOS DA DEFESA NACIONAL

 <https://doi.org/10.56238/arev7n5-407>

Data de submissão: 28/04/2025

Data de publicação: 28/05/2025

Rita Emília Alves da Silva

Doutora em Serviço Social

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Tenente Coronel da Força Aérea Brasileira - R1

Universidade da Força Aérea

rita.emilia.as@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-7550-4332>

<http://lattes.cnpq.br/9913182999968498>

RESUMO

Neste trabalho, realizamos uma revisão bibliográfica, enfatizando as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e na formação tanto dos militares como também do Assistente Social no contexto das mudanças nas políticas de defesa nacional, com a modernização das forças armadas, a criação de novas áreas de atuação e a busca por maior profissionalização.

Palavras-chave: Defesa nacional. Formação do militar. Desafios do Assistente Social. Trabalho e educação.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo constitui a sistematização dos resultados obtidos em pesquisa que buscou investigar as mudanças nas políticas de defesa nacional no país, aprovadas a partir dos anos 2000, e que tiveram no período de 2011 a 2015 um avanço significativo para o Serviço Social. Em particular, centra-se numa reflexão sobre a trajetória que vem sendo construída pela profissão, a partir de um ponto ainda não analisado, que se relaciona à atuação dos assistentes sociais nas missões operacionais das Forças Armadas. O presente trabalho constitui um recorte de nossa Tese de Doutorado defendida na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro sob o título **Serviço social na Força Aérea Brasileira**: a política de defesa nacional e as novas requisições para a profissão no espaço militar.

Para esse fim, utilizamos do exame sobre as particularidades históricas que acompanham a trajetória da profissão nas instituições militares face às determinações sociais, políticas e econômicas da realidade brasileira, que, não obstante os avanços dos atuais marcos regulatórios, forjam novas condições para o trabalho do Assistente Social, tensionado pelas mudanças do “mundo do trabalho”, fruto da crise do capital e das suas conformações na realidade do país.

Nesse sentido, o presente estudo teve como base as atuais políticas de defesa nacional e, em especial, daquelas mais próximas do campo subsidiário das Forças Armadas, bem como do exame das principais normas técnicas que regulamentam a atuação profissional do Assistente Social em missões da FAB para o atendimento à população civil.

Em se tratando das particularidades da profissão em instituições militares, tais movimentos foram compreendidos no âmbito de processos mais amplos, ao considerar os resultados do reordenamento mundial das questões de defesa e seus impactos nas instituições militares do país, além das mudanças nas diretrizes do Curso de Serviço Social que permitiram acompanhar o leque de oportunidades de atuação desse profissional em diversas instituições.

Desse modo, o estudo buscou conhecer e problematizar as consequências das mudanças recentes no universo da Força Aérea Brasileira (FAB) para o trabalho dos assistentes sociais, uma vez que as transformações em curso, sob o ponto de vista das políticas de defesa nacional, inauguram requisições até então inéditas à profissão, ao considerar o incremento das funções subsidiárias desta Força e as ações intersetoriais com a sociedade civil, requerimentos esses impostos, principalmente, pelas novas missões das Forças Armadas.

A escolha da temática em tela versa sobre as missões subsidiárias das Forças Armadas e as novas requisições ao Serviço Social, o que proporcionou uma contribuição para uma análise crítica da profissão, ao resgatar os processos que estariam na base das transformações que acompanham as instituições militares. Tais processos vêm incidindo de forma significativa no trabalho do Assistente

Social, e se tornam mais evidentes com as determinações de um novo espaço de atuação que se configura na emergência das ações destinadas à população civil.

É oportuno ressaltar que os processos aqui pontuados se vinculam tanto às mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho quanto às reformas do Estado, e aos impactos que se efetivam particularmente na área da Defesa Nacional. Sobre esse último aspecto, destacam-se as consequências das novas determinações para a área de segurança e defesa, cada vez mais visível na extensão do papel dos militares, principalmente na forma das Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e nas missões de assistência humanitária e social. Em ambos os casos, as referidas ações estão no escopo das operações de caráter complementar ou subsidiário de competência das Forças Armadas que vêm a partir da aprovação de novas legislações, requisitando a participação dos assistentes sociais. Nesse cenário, a ênfase recai no conhecimento e na reflexão sobre as formas de enfrentamento que vêm sendo elaboradas pela profissão diante dos impactos resultados da dinâmica contraditória que emerge do Estado e incide nas Forças Armadas, onde são redirecionados os seus focos centrais de atenção, tornando-os, cada vez mais distantes da missão precípua de defesa da nação. Tal quadro transforma em objeto de intervenção dos assistentes sociais da Aeronáutica, mesmo de forma fragmentada e pontual, demandas da população civil. Isso requer uma reflexão acerca dos fatores que estariam na base da produção da questão social no momento atual, cuja radicalização das desigualdades sociais emerge, em particular, das transformações do “mundo do trabalho” e da produção (Stampa, 2012, p. 22). A reflexão da referida autora, quando trazida para o âmbito das particularidades do trabalho na instância militar, permite um avanço no entendimento das novas requisições para o trabalho do Assistente Social no campo subsidiário, uma vez que as determinações em curso nas Forças Armadas podem ser localizadas no conjunto de mudanças na organização e na gestão do trabalho, resultado do processo de recomposição do capital. Desse modo, e ao considerar que tal processo se materializa nas mudanças das relações sociais na sociedade, como afirma Stampa (2012), pode-se inferir que as atuais requisições no campo militar colocadas à profissão no atual momento são, da mesma forma, atravessadas por transformações que se estabelecem na esfera do trabalho e da relação entre Estado e sociedade civil (Stampa, 2012, p. 23).

Tratou-se de um trabalho de cunho bibliográfico, com revisão da literatura sobre a temática, aliado a uma pesquisa a fontes documentais, como normas, instruções e demais documentos que evidenciaram novos processos tanto na formação do militar como na formação e atuação do Assistente Social nas Forças Armadas.

2 MUDANÇAS DE PARADIGMAS NO TRABALHO MILITAR E NA ATUAÇÃO DOS ASSISTENTES MILITARES

O Serviço Social no atual momento das Forças Armadas, onde assiste-se a um amplo processo de reestruturação de suas instituições, aliado à ampliação do papel em áreas constitucionalmente pertencentes a outros segmentos do Estado, instiga a uma reflexão que pode acompanhar aquelas sobre o trabalho do Assistente Social na esfera estatal, em suas diferentes instâncias de poder.

Nessa direção, a análise de Raichelis (2009) oferece elementos para se pensar os limites e possibilidades para o exercício profissional na instância estatal:

Refletir sobre o Estado capitalista implica considerar referir-se a certo número de instituições – o governo (executivo) nos níveis central e subnacionais, a administração pública, as forças militares, de segurança e policiais, os sistemas judiciário e legislativo nos seus diferentes níveis de poder –, que compõem em conjunto a arena de conflitos e a condensação de forças políticas denominadas Estado. (Raichelis, 2009, p. 5).

A autora supracitada assinala que os desafios enfrentados pelo profissional estão inseridos na dinâmica sócio-histórica, ao considerar que é nesse processo que se concretiza o exercício profissional e de onde se pode problematizar as suas respostas: “– teóricas, técnicas e ético-políticas – que traduzem a sistematização de conhecimentos e saberes acumulados frente às demandas sociais dirigidas ao Serviço Social” (Raichelis, 2009, p. 1). Desse modo, a reflexão caminhou no sentido de dar visibilidade às mediações elaboradas pelos assistentes sociais das Forças Armadas, sendo a investigação realizada para o caso da Força Aérea Brasileira, na tentativa de responder aos desafios e particularidades presentes para a atuação profissional nas missões operacionais militares.

Ressalta-se que as transformações em curso, sob o ponto de vista das políticas de defesa nacional, inauguraram requisitos até então inéditos aos assistentes sociais, ao considerar o incremento às funções subsidiárias das Forças Armadas e às ações intersetoriais com a sociedade civil, requisitos esses impostos, principalmente, pelas novas missões das Forças Armadas. Por essas razões, analisar as políticas de defesa nacional se tornou um desafio, nos limites do estudo aqui apresentado, na medida em que a defesa nacional, historicamente, não faz parte do rol de políticas públicas que tradicionalmente estariam mais próximas à profissão, apesar da sua legitimação nas Forças Armadas há mais de três décadas como espaço sócio-ocupacional para os profissionais militares. Sobre essa questão é oportuno elucidar, ainda, que a trajetória do Serviço Social nas instituições militares da Aeronáutica antecede o período da inserção dos militares com essa especialidade técnica, ao considerar que desde os anos de 1950 assistentes sociais civis já ocupavam esse espaço, principalmente nos hospitais da Força Aérea.

Nessa direção, sinalizou-se sobre a importância das análises em relação às condições objetivas de efetivação do trabalho profissional, no tempo presente, na área da defesa, bem como incorporando-se ao conjunto de determinantes institucionais o Plano de Reestruturação das Forças Armadas, constante da Estratégia Nacional de Defesa (END), aprovada no ano de 2008. Tal plano é a base, em termos legais, das mudanças que vêm ocorrendo nas instituições militares, na medida em que, além de direcionar as alterações das principais normas hoje em vigor, sistematiza o processo de criação e desativação de estruturas físicas e gerenciais da defesa nacional.

Ressalta-se, ainda, que tais processos, no âmbito das organizações militares, se tornam mais evidentes, principalmente, entre os anos de 2011 e 2015, período esse que coincide com o primeiro (2011-2014) e o início do segundo mandato (2015-2016) da presidenta Dilma Rousseff. É importante destacar, também, no caso específico da Força Aérea Brasileira, que o movimento que marca a ampliação do espaço sócio-ocupacional do Serviço Social convive com um processo de transformações, oriundo da reestruturação de suas estruturas organizacionais e humanas, o qual foi recentemente normatizado por meio da concepção estratégica “Força Aérea 100” (Diretriz de Comando da Aeronáutica 11-45). Cabe ressaltar que a Concepção Estratégica “Força Aérea 100” teve por finalidade precípua estabelecer a visão para a Força Aérea Brasileira (FAB), ao completar “100 anos” de sua criação. Tal programa serviu de orientação para o Planejamento Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER) e as demais fases do planejamento institucional.

A presente concepção constituiu um importante instrumento para o estabelecimento dos objetivos e das diretrizes tanto para a elaboração dos planejamentos subsequentes, visando ao alcance de uma Força Aérea mais eficaz no desempenho de suas atribuições na paz e na guerra, como também representou a parcela de contribuição da FAB na construção de capacidade militar para compor o esforço principal da Defesa Nacional.

De acordo com a referida legislação assinada no ano de 2016, foram aprovadas as diretrizes necessárias para orientar o futuro da FAB para os próximos 25 anos, quando a instituição completará 100 anos. Ressalta-se que a perspectiva de análise que orientou este estudo se baseia no entendimento de que as metamorfoses que este espaço sócio ocupacional vêm sofrendo, desde sua ampliação nas instituições militares no final da década de 1980, como também, possui estreita relação com o quadro mais abrangente de transformações do mundo do trabalho, as quais vêm ocorrendo no país desde o final do século XX, e que se tornaram mais evidentes a partir dos anos 1990.

Tal quadro de intensas e profundas modificações assume especificidades no universo da formação e do trabalho dos militares, ocorrendo uma interrelação entre as políticas sociais e as políticas

de defesa nacional, na tentativa de se conhecer os limites e possibilidades da profissão diante dos novos requisitos necessários.

Nesse sentido, vale ressaltar que houve avanços importantes do referido período, que ocorreram por meio da aprovação da Política Setorial de Defesa e da Estratégia Setorial de Defesa, em dezembro de 2015. Tal fato, além de colocar as políticas públicas como objetivos estratégicos, insere nesse conjunto um elemento inovador, até então, nos documentos dessa natureza: a perspectiva intersetorial como horizonte a ser alcançado pela área de defesa nacional. Sendo assim, se as referidas normas inauguraram novas possibilidades, pelo menos no plano legal, para as políticas de defesa e, em especial, para o Serviço Social, por outro lado, levanta novas responsabilidades, na medida em que inaugurou um rol de inéditos requisitos que passaram a exigir cuidados para o desenvolvimento de ações em contextos estratégicos ou operacionais, sob o ponto de vista militar e da própria profissão.

Em se tratando de uma Força Armada cujas políticas, em geral, trazem em seu bojo o seu papel constitucional, destina-se à defesa da pátria e hoje precisa estar atenta para os novos horizontes das políticas setoriais de defesa. Tal conquista, para além do avanço alcançado na área da proteção social, o que, sem dúvida alguma, é incontestável, convida à análise mais detalhada sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais das Forças Armadas, diante das novas requisições institucionais. É preciso analisar o Serviço Social nas Forças Armadas diante das novas requisições para a profissão no contexto militar da Aeronáutica, evidenciando como as mudanças nas políticas de defesa nacional no país contribuem para um novo desenho da gestão e controle da sua força de trabalho. Observou-se que o recente processo de redemocratização do país, concomitante ao reordenamento mundial das questões que envolvem a defesa, reorientou o papel dos militares no Brasil, o que inaugura demandas inéditas para os militares brasileiros expressas, principalmente nas novas missões das Forças Armadas. Por essas razões, ressaltamos que no governo Dilma Rousseff (2011-2016), houve aprovações das principais políticas na área da defesa nacional e, ainda, foram feitas alterações não só no plano legal, como também no de reestruturação das organizações militares da Aeronáutica, com impactos importantes para a formação e para o trabalho dos militares.

Dessa forma, a hipótese central da nossa reflexão caminhou no sentido de observar que as transformações em curso no mundo do trabalho atingiram as instituições militares e redefiniram o papel do Serviço Social, com importantes impactos no processo da inserção da profissão nas instituições militares. Observamos que as demandas para o Serviço Social caminham, lado a lado, com exigências específicas em decorrência das demandas operacionais das Forças Armadas determinadas pelas novas políticas de defesa do país.

Por essas razões outra questão considerada neste estudo foi a reflexão sobre as transformações em curso no mundo do trabalho e suas consequências para os servidores, o que na Aeronáutica foi marcado, cada vez mais, pela heterogenia de vínculos, com o aumento de vagas para as carreiras temporárias, não obstante a aprovação do Quadro da Ativa, que se realiza por uma inserção gradativa, mas ainda aquém do número de profissionais necessários para a atuação nesta Força. Daí a importância de se recuperar a discussão do espaço sócio ocupacional na esfera militar, a partir de um ângulo ainda inédito, onde se deve dar visibilidade ao caminho trilhado pela profissão, em especial nos últimos cinco anos, diante dos atuais requisitos exigidos pela Aeronáutica.

Nesse íterim, observamos que as mudanças recentes no universo do trabalho dos militares no Brasil trouxeram impactos para o Serviço Social, ao considerar a relação entre as transformações no mundo da produção e as atuais políticas públicas de defesa nacional e modificaram, em larga medida, as funções subsidiárias do trabalho militar. Nesse sentido, mencionamos as missões subsidiárias como aquelas relacionadas à Garantia da Lei e da Ordem, o que, para o Serviço Social pode acarretar duplo desafio: de um lado, a recente ampliação de um espaço profissional ainda desconhecido para a profissão na Força Aérea; e de outro, as exigências tensionadas tanto pela complexidade de múltiplos determinantes sociais, econômicos e políticos, como pelas expectativas da efetivação das políticas de defesa.

Vale ressaltar que as operações de paz integram a política internacional desde o início do século XX, embora algumas experiências tenham se concretizado antes da Primeira Guerra Mundial. Desde então, o perfil destas missões tem passado por transformações. O fim da Guerra Fria também gerou efeitos importantes nestas operações. Podemos afirmar que o tema das missões de paz ganhou especial relevo, inclusive, na política exterior brasileira, notadamente como a missão do Haiti que, embora tenha sido finalizada no ano de 2017, colocou em evidência a sua trajetória, não só sob o ponto de vista dos objetivos da missão, mas, em especial, o da experiência no terremoto ocorrido no país.

É oportuno destacar que, apesar da inserção do serviço social na Força Aérea não ter ocorrido diretamente na Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti (MINUSTAH), criada por Resolução do Conselho de Segurança da ONU, em fevereiro 2004, com o objetivo de restabelecer a segurança e normalidade institucional do país após sucessivos episódios de turbulência política e violência, esta se efetivou, na missão humanitária, por ocasião do envio de uma equipe de militares àquele país. Tal missão teve como objetivo o apoio aos efetivos e à população civil atendidos no Hospital de Campanha da Aeronáutica (HCAMP), acionado com a finalidade de compor as demais equipes desdobradas, por ocasião do terremoto que atingiu aquele país no dia 12 de janeiro de 2010.

Neste cenário, foi uma missão de paz, com importante participação brasileira, e que enfrentou um grande desafio ao considerar as precárias condições já existentes no Haiti.

Nesse diapasão, observa-se que nas missões de paz, os militares e assistentes sociais desempenham papéis complementares. Os militares são responsáveis por manter a segurança, proteger civis, restaurar a lei e a ordem, e podem fornecer apoio logístico e médico. Os assistentes sociais, por sua vez, focam na assistência social e humanitária, trabalhando com a população local para reconstruir a sociedade, promover o bem-estar e apoiar a recuperação de traumas e conflitos. Conforme Andrade *et al.* (2019, p. 29), “O Brasil contribuiu com sua expertise em coordenar ações civil-militares e humanitárias, buscando o engajamento e a proximidade com os haitianos e se alinhando rapidamente aos ditames de uma operação tipicamente multidimensional.”

Para além de garantir a segurança e a paz, os militares brasileiros também colaboraram na abertura de estradas, agricultura familiar, ações cívico-sociais. Tal engajamento brasileiro exigiu um treinamento robusto, conforme assinala Andrade *et al.* (2019):

O preparo inicial das tropas brasileiras – entre fevereiro e maio de 2004 – e o desdobramento até o Haiti – entre maio e dezembro de 2004 – foram processos extremamente complexos, com curto período e focando na necessidade premente de substituir a Força Interina Multinacional liderada por Estados Unidos e França. De acordo com o almirante Ilques, o enfoque do planejamento, treinamento e ação de desdobramento na MINUSTAH se deu em relação às questões de interoperabilidade – entre Marinha, Exército e Força Aérea, por exemplo –, prontidão – baseado no capítulo VII da Carta da ONU –, logística de material e pessoal, comunicação social durante a ação, fortalecimento do relacionamento interinstitucional e conhecimento sociocultural haitiano. Importante lembrar, a partir disso, que o Brasil foi o primeiro país da MINUSTAH a entrar no Haiti e dar início à operação de paz. (Andrade, 2019, p. 29)

O forte engajamento do Brasil no envio de tropas para missões de paz se deveu, em grande parte, pelo fato das modificações das funções, propósitos e diretrizes de uma política de defesa mais abrangente. Vale ressaltar que a década de 1990 foi um ponto de virada para as novas operações de paz complexas e multidimensionais, tanto com o emprego das forças militares e também policiais, além de equipes médicas, Assistentes Sociais e observadores eleitorais, o que apontou uma grande participação brasileira na missão do Haiti. De acordo com Andrade (2019), o quantitativo de militares para o Haiti seria inicialmente de 6.060 profissionais, mas esse quantitativo foi acrescido substancialmente:

Alcançou o número de 12.438 profissionais em 2011, no contexto pós-terremoto de 2010. Durante os mais de treze anos da presença militar brasileira na MINUSTAH, o Brasil contribuiu com cerca de 37 mil militares e policiais uniformizados, o equivalente a 69% do total de enviados às missões no exterior na história do país – cerca de 57 mil. (Andrade, 2019, p. 29)

Em virtude da peculiaridade brasileira, o discurso de atingir a paz e a segurança por meio do desenvolvimento foi uma senda que viabilizou a projeção do Brasil nas operações de paz multidimensionais desde o final da década de 1990. (ANDRADE, 2019, p. 29).

A educação é um processo contínuo de construção de conhecimento, que deve levar em consideração não apenas os aspectos técnicos, mas também os sociais e culturais. O desenvolvimento integral do indivíduo depende da capacidade de adaptar-se às mudanças constantes no ambiente de aprendizagem. (SANTOS, 2019, p. 45).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, tentamos demonstrar que as mudanças no trabalho militar com acréscimo de atividades subsidiárias e participações em missões de paz, tornou-se um desafio que reverbera na formação deste militar. O mesmo ocorre com a atuação do Assistente Social em meio militar, pois muitas das atividades que esses profissionais passaram a exercer também carecem de um redimensionamento na sua formação.

Buscamos colocar em relevo a atuação do Assistente Social em conjunto com a base operacional nas forças armadas, tendo em vista que o trabalho desse profissional no espaço das políticas de defesa do país ainda não foi devidamente estudado.

Nesse trabalho, foi possível reconhecer as singularidades presentes nesse universo de trabalho e que podem ser importantes para a compreensão das mudanças recentes no universo do trabalho dos militares do Brasil, bem como conhecer seus impactos para o Serviço Social, ao abordar a relação entre as transformações no mundo do trabalho, de forma geral, e as atuais políticas públicas de defesa nacional, onde se localizam as atividades de parte dos trabalhadores da Assistência Social nas forças armadas e, em especial, na Força Aérea Brasileira.

Tendo em vista o exposto, salientamos a importância de se pensar nas formas de enfrentamento da profissão diante dos impactos resultantes da dinâmica contraditória que, emergindo do Estado, incide nas Forças Armadas, que passam, a partir de então, a redirecionar os focos centrais de atenção ligados à missão precípua de defesa da nação. Tal quadro transforma em objeto de intervenção dos assistentes sociais da Aeronáutica, mesmo de forma fragmentada e pontual, demandas da população civil, por meio das missões subsidiárias. Partimos da hipótese de que as transformações em curso no mundo do trabalho atingiram as Forças Armadas e redefiniu o papel do Serviço Social, com importantes impactos no processo da inserção da profissão nas instituições militares.

Observamos que as demandas para o Serviço Social caminham lado a lado com exigências específicas, em decorrência das demandas operacionais das referidas instituições, determinadas pelas atuais políticas de defesa do país e pelas novas missões das Forças Armadas e, em particular, do papel

na segurança pública e nas ações de caráter humanitário e social, que convivem com o processo de reestruturação da Força Aérea, impondo nova direção ao trabalho neste segmento, com repercussões para a profissão do Serviço Social.

Por fim, gostaríamos de ressaltar que a dimensão humanitária deve ser sempre priorizada dentro das forças armadas e em missões de paz, garantindo que a proteção dos direitos humanos e o bem-estar da população civil sejam sempre a prioridade, devendo estar presentes em todas as ações, desde a prevenção de conflitos até o apoio à reconstrução pós-conflito.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Israel; HAMANN, Eduarda Passarelli; SOARES, Matheus Augusto. A participação do Brasil nas operações de paz das Nações Unidas: evolução, desafios e oportunidades. Brasília: IPEA, 2019.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Instrução do Comando da Aeronáutica, ICA 163-1, de 10 de março de 2014.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Portaria n. 476/GC3, de 28 de abril de 2005. Aprova a Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira - DCA 1-1. Diário Oficial da União, Brasília, 3 maio 2005.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. Plano Estratégico Militar da Aeronáutica - 2010-2031. Brasília: EMAER, 2010.

BRASIL. Presidência da República. Decreto n. 3.897, de 24 de agosto de 2001. Fixa as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 27 ago. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3897.htm. Acesso em: 25 nov. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Decreto n. 6.703, de 18 de dezembro de 2008. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 19 dez. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6703.htm. Acesso em: 25 nov. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Decreto n. 7.247, de 25 de agosto de 2010. Dispõe sobre a Política de Ensino de Defesa – PensD e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 ago. 2010.

RAICHELES, Raquel. O trabalho do Assistente Social na esfera estatal. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFSS); ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPS) (org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. [S.l.]: CFSS, 2009. p. 1-10. Disponível em: https://amures.org.br/wp-content/uploads/2022/08/1545464_LIVRO_COMPLETO___CFESS___Servico_Social___Direitos_Sociais_e_Competencias_Profissionais___2009.pdf. Acesso em: 5 maio 2025.

SILVA, Rita Emilia Alves da. Serviço Social na Força Aérea Brasileira: a política de defesa nacional e as novas requisições para a profissão no espaço militar. 2018. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

STAMPA, Inez. Transformações recentes no “mundo do trabalho” e suas consequências para os trabalhadores brasileiros e suas organizações. Revista em Pauta, Rio de Janeiro, n. 30, p. 35-60, 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/5104>. Acesso em: 5 maio 2025.